

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Plenário – 17/03 – Sessão deliberativa

Depois de ter derrubado na semana passada os vetos para o refinanciamento de dívidas de micro e pequenas empresas e para o projeto que garante a distribuição gratuita de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade, o Congresso Nacional se reúne na quarta-feira (17) para apreciação da pauta remanescente dos vetos presidenciais. Entre eles, estão: Orçamento, Marco Legal das Startups, privatização da Eletrobras e BR do Mar.

Resultado: Senadores e deputados derrubaram nesta quinta-feira (17) o veto 1/2022 ao PL 6.537/2019, que criou a Procuradoria Regional da República da 6ª Região, no estado de Minas Gerais. O órgão já foi instituído por lei, mas alguns dispositivos relativos a procedimentos para a nomeação haviam sido vetados. A decisão do presidente foi rejeitada por 262 votos a 94 na Câmara e por 48 votos a 11 no Senado.

O dispositivo vetado estabelecia que, para as nomeações de cargos de primeiro provimento, deveria haver autorização expressa em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual com a dotação correspondente. Para o presidente, essa parte do projeto contrariava o interesse público porque a autorização para os cargos já estava prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 e, por isso, a autorização no anexo específico seria dispensada.

O Congresso Nacional também derrubou parcialmente os vetos da presidência da República 69/2021 (sobre Lei do Fundeb) e 04/2022 (estoque público de milho). Ainda durante a reunião, foram mantidos oito vetos. Entre está o veto sobre o dispositivo que permitia que os partidos políticos lançassem mais candidatos para os cargos de deputado federal, deputado estadual, deputado distrital e vereador. O veto age sobre a lei que mudou as regras de distribuição de sobras eleitorais (Lei 14.211, de 2021).

SENADO FEDERAL

Plenário – 15 a 17/03 – Sessão deliberativa

O Senado Federal agendou sessões de terça e quarta (15 e 16), onde poderão ser deliberadas, entre outras, as seguintes proposições:

- PLP 73/2021, que dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural (Lei Paulo Gustavo)
- PL 4147/2021, que incentiva programas nacionais de atendimento ao homem, em caráter preventivo à violência contra as mulheres, para fins de equânime desenvolvimento humano, regional e social; e instrumentaliza mecanismos em canais de assistência preventiva para fins de contenção à violência doméstica e familiar.
- PL 556/2022, que altera a Lei do FUNDEB, para dispor sobre a utilização dos recursos extraordinários recebidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em decorrência de decisões judiciais relativas ao cálculo do valor anual por aluno para a distribuição dos recursos oriundos dos fundos e da complementação da União ao FUNDEF, ao FUNDEB 2007-2020 e ao FUNDEB permanente.
- PLS 75/2012, que altera a Lei de Execução Penal, para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em mulheres durante o trabalho de parto.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Na quinta-feira (17), às 17h, o Senado instala uma comissão de juristas destinada à elaboração de anteprojetos que modernizem o processo administrativo e tributário nacional. Para acessar a composição da comissão, [clique aqui](#).

Resultado: Como parte da pauta voltada para o Mês da Mulher no Senado, o Plenário aprovou em votação simbólica nesta terça-feira (15) o PL 4147/2021, que incentiva ações nacionais de atendimento aos homens, em especial na área da saúde mental, para prevenção da violência contra a mulher. O projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O Plenário do Senado também aprovou o PLP 73/2021, que libera R\$ 3,86 bilhões do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para fomento de projetos culturais. O texto, batizado de “Lei Paulo Gustavo”, segue agora para sanção presidencial.

Foi realizada a instalação da comissão de juristas para reforma dos códigos tributário e administrativo, criada em fevereiro pelo presidente do Senado e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux. Presidida pela ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a comissão vai trabalhar em anteprojetos de proposições legislativas que modernizem o Código Tributário (Lei 5.172, de 1966) e o Código de Processo Administrativo (Lei 9.784, de 1999). O colegiado terá o prazo de 180 dias para conclusão de seus trabalhos.

Comissão de Meio Ambiente (CMA) – 16/03 – 8h30

Debate sobre a situação dos atingidos por tragédias de barragens no Brasil, tendo em vista o dia 14 de março, data de fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Foram convidados, entre outros:

- Iury Paulino, representante de: Coordenação Nacional do MAB;
- Leandro Scalabrin, representante de Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH;
- Ligia Rocha, representante da Defensoria Pública da União – DPU-MG.

Resultado: A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode votar na próxima semana o Projeto de Lei (PL) 2.788/2019, que cria um marco legal para determinar direitos das populações

atingidas por barragens. O PL define responsabilidades, formas de reparação e cria também mecanismos de prevenção e mitigação de impactos dos empreendimentos com barragens no Brasil. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (16) pelo presidente do colegiado, senador Jaques Wagner (PT-BA), diante do apelo de representantes dessas populações em audiência pública promovida pela comissão.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 16/03 – 10h

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode deliberar nesta semana uma proposta de emenda à Constituição que reformula o sistema tributário do país. A PEC 110/2019, recebeu parecer favorável do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), na forma de [substitutivo](#).

A PEC 110/2019 prevê a criação de um modelo dual de tributação, com dois impostos de valor agregado (IVA). A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) deve unificar os tributos federais e ser arrecadada pela União. Já o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) deve reunir o ICMS e o ISS, recolhidos por estados, Distrito Federal e municípios.

Outro item na pauta da CCJ é a PEC 24/2021, que muda a regra para a contagem do tempo de contribuição de mulheres para a Previdência Social. A matéria considera como tempo de contribuição o período dedicado ao cuidado com os filhos. A matéria aguarda relatório da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

Resultado: A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou a votação da proposta de emenda à Constituição que altera o Sistema Tributário Nacional (PEC 110/2019). A discussão voltará à pauta da CCJ na semana que vem.

Comissão de Agricultura (CRA) – 17/03 – 08h

Audiência pública para debater os impactos da severa estiagem que assola o Rio Grande do Sul, bem como as possíveis soluções para o problema e para os prejuízos causados aos

produtores rurais. Entre os convidados está listado representante do Ministério Público Federal; do Meio Ambiente; e da Agricultura.

Resultado: Representantes de produtores rurais do sul do país defenderam alterações no Código Florestal que permitam a construção de açudes em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Eles fizeram esse pedido durante audiência pública, nesta quinta-feira (17), promovida pela Comissão de Agricultura (CRA) do Senado.

Durante o debate, o Subprocurador-geral da República do Ministério Público Federal (MPF), Luiz Augusto Santos Lima declarou que as soluções técnicas para permitir a construção de barragens já existem, mas que é preciso levá-las às autoridades competentes, de modo a agilizar os procedimentos. Segundo Lima, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a medida como constitucional. Para ele, “precisamos discutir nos fóruns competentes e dar efetividade às soluções técnicas que já existem e que, certamente, têm espaço.”

Para assistir a audiência, [clique aqui](#).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 15 a 17/03 – Sessão deliberativa

O Plenário da Câmara ainda não divulgou a pauta da semana.

Há a possibilidade de deliberações com a seguinte pauta remanescente: PL 2753/21 (metas SUS); PL 4059/21 (contratação serviços comunicação); PLP 129/07 (lançamento tributário); PL 4491/21 (honorários periciais INSS); PL 1529/21 (mulheres na segurança pública); PL 4251/21 (vítima violência doméstica); PDL 696/19 (resíduos perigosos); PDL 765/19 (localidades fronteiriças); PDL 771/19 (acordo extradição Cazaquistão); PDL 233/21 (acordo tecnologia Israel).

A reunião de líderes para definir as proposições está marcada para terça-feira.

Resultado: O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (16) o PL 5091/2020, que torna crime a violência institucional, caracterizada como submeter a vítima de infração penal a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos que a leve a reviver, sem estrita necessidade, a situação de violência. O texto será enviado à sanção presidencial.

Os deputados aprovaram substitutivo do Senado ao Projeto. Segundo o texto, o crime ocorre ainda quando esses procedimentos são impostos a testemunha de crimes violentos ou mesmo quando levem a pessoa a reviver outras situações potencialmente geradoras de sofrimento e/ou estigmatização. A pena será de detenção de três meses a um ano e multa. Para acessar a redação final, [clique aqui](#).

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), instituiu nesta semana um grupo de trabalho (GT) para debater temas relacionados ao semipresidencialismo – sistema de governo no qual o presidente da República compartilha o poder com um primeiro-ministro, eleito pelo Congresso Nacional.

O grupo será coordenado pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) e terá 120 dias para concluir os trabalhos. Além de Moreira, outros nove deputados participarão do colegiado. Um conselho consultivo, coordenado pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, irá assessorar o GT. O ex-presidente Michel Temer e a ex-ministra Ellen Gracie são alguns dos dez membros do conselho que deverá auxiliar o GT.

GT do estatuto da vítima – 16/03, às 10h

Grupo de Trabalho da Câmara que analisa o PL 3890/20 (estatuto das vítimas) se reúne às 14h30 para discussão e votação do parecer do Dep. Gilberto Nascimento (PSC/SP).

Resultado: reunião cancelada.

GT da Advocacia Pública Federal – 16/03, às 10h

Instalação de um Grupo de Trabalho na Câmara destinado ao aperfeiçoamento da advocacia pública federal. Durante a reunião, deverá ser apresentado o Plano de trabalho do relator.

Coordenador: Paulo Magalhães (PSD/BA)

Relator: André Figueiredo (PDT/CE)

Resultado: Durante a reunião, o relator, deputado André Figueiredo, apresentou seu plano de trabalho para o GT. Para acessar, [clique aqui](#).